

# A educação no Brasil Império: implicações políticas e sociais na organização do ensino na província do Paraná

MARIA CECÍLIA MARINS DE OLIVEIRA

*Doutora em Educação pela USP, Mestre em História do Brasil pela UFPR. Professora, historiadora, pesquisadora e orientadora nos Cursos de Pedagogia e Direito da UFPR. Integrante do Núcleo de Pesquisa, do Centro Universitário Campos de Andrade, Uniandrade, e do Grupo de Estudo, da Faculdade Cenecista de Campo Largo, Facecla, PR.*

ANA MARIA CORDEIRO VOGT

*Mestre em Engenharia da Produção pela UFSC. Professora, pesquisadora e orientadora do Curso de Pedagogia e integrante do Núcleo de Pesquisa, do Centro Universitário Campos de Andrade, Uniandrade.*

---

**Resumo:** O trabalho se inscreve na abordagem da educação, no período imperial, quando se estabelecem as medidas para organizar o ensino no país, em particular, na Província do Paraná. As políticas públicas direcionaram a organização do ensino nas províncias, mediante concepções contraditórias de centralização e descentralização. A organização do ensino francês repercutiu, nas Reformas do Município da Corte, com reflexos nos regulamentos provinciais. O objetivo está centrado na organização e na evolução do ensino, considerando escola, professores e alunos, mediante os quais se terá uma dimensão social da demanda escolar. A metodologia qualitativa constituiu a base do estudo, por meio da pesquisa bibliográfica e de documentação oficial, em relatórios e legislações. Desta maneira, procurou-se traçar um panorama do ensino na Província do Paraná que, de certa forma, retrata as condições da instrução pública no país.

**Palavras-chave:** organização do ensino, regulamentos provinciais, reformas de ensino, educação no Império, educação nas províncias.

**Abstract:** This article approaches education, in Brazil during the imperial time, when measures had been established to organize the teaching in the country, specifically in the Province of Paraná. The public policies aimed the organization of teaching in the provinces, through contradictory concepts of centralization and decentralization. The organization of the French teaching reflected, in reforms of the county court, with reflections on the provincial regulations. The aim of this work is centralized in the organization and evolution of teaching in the Province of Paraná, considering school, teachers and students, referential points that allow us to learn the social dimension of scholar demand. The qualitative methodology composed the study base, through bibliographic research and official documents in reports and legislations. Thus, we tried to draw a view of the teaching in the Province of Paraná that, at the same time, shows the condition of public instruction in the country.

**Key-words:** teaching organization, provincial regulation, teaching reformation, education at the Empire, education in provinces

A política que orientou a organização da educação, no Brasil, foi articulada após a Independência, quando os propósitos de estruturar os quadros administrativos do país passaram a exigir pessoal qualificado para assumir funções e ocupar cargos, nos diversos setores que iriam compor as instituições político-administrativas do novo governo. Nesse momento, os investimentos na área da educação tiveram grande importância, uma vez que as medidas internas estabelecidas foram idealizadas por indivíduos que compunham a cúpula administrativa do país. Não eram mais determinações externas, ditadas pela Metrópole, atendendo objetivos e interesses alheios ao Brasil. Pelo contrário, as determinações exaradas pelo poder público eram nacionais, fosse em relação às escolas, aos professores e aos alunos.

Nesse sentido, os objetivos da educação priorizaram necessidades e interesses brasileiros, embora a influência europeia, na organização administrativa do país, funcionasse como parâmetro, por ser o grande referencial para o Brasil. A permissividade de tal influência deu-se, em razão das lideranças políticas nos movimentos de independência que tinham sua formação intelectual, fundamentada nas ideologias das universidades europeias e nos ideais democráticos originários dos movimentos políticos que irromperam, na Europa, em fins do século XVIII.

O estudo a respeito da educação, no período imperial, é resultado de pesquisas do Projeto “Políticas Públicas no Brasil, cultura sociedade e educação”, com registro no Núcleo de Pesquisa, do Centro Universitário Campos de Andrade. O objetivo voltou-se para desvelar a forma pela qual se estruturou e se organizou o ensino no Brasil, em particular, na Província do Paraná, após a Independência, num esforço de expandir o ensino para atender “[...] as mais urgentes necessidades populares”, como afirma Moacyr (1938, p. 525). A metodologia pautou-se pelo emprego do método qualitativo, observando a produção literária e os documentos oficiais, relatórios e legislações pertinentes à temática em estudo.

Apesar da repercussão das ideias liberais europeias, nos movimentos políticos, no Brasil, no início do século XIX, a estrutura social do país, fundamentada no tradicional sistema agrário exportador e na mão-de-obra escrava, não sofreu alterações. A estrutura patriarcal manteve-se inalterada, em todas as áreas ocupadas do território brasileiro onde houvesse pequenas e grandes propriedades, com o domínio exercido pela camada senhorial proprietária de latifúndios.

Essa estrutura social e econômica se fez presente também no Paraná, onde prevaleceu uma estratificação social dominada pela relação senhor-escravo (MACHADO, 1969, p. 87). O sistema econômico e social paranaense, entre outras atividades, fundamentou-se nas fazendas de gado, que atingiram toda a potencialidade, nos meados do século XIX, fase em que ocorreu a emancipação política do Paraná, da Província de São Paulo. Machado (1963, p. 7) comenta que a vida social das famílias fazendeiras ocorria nas pequenas vilas, criadas ao longo dos caminhos, constituindo pontos convergentes entre as propriedades. A criação e o comércio de gado, diz o autor, tiveram influência decisiva no povoamento do território paranaense.

Os chefes das grandes famílias participaram e influenciaram a vida política da nova província, na forma de oligarquias, acentuando os laços patriarcais da organização social, pelas exigências de lealdade com base no parentesco e no compadrio.

Aos poucos a criação de gado foi relegada ao abandono, tendo em vista a baixa lucratividade nos negócios, que concorria com a pecuária do Rio Grande do Sul. O alu-guel de invernadas, para as tropas provenientes do sul, passou a ser negócio mais lucrativo e menos dispendioso, embora desfavorável à atividade criatória. Com isso,

houve o empobrecimento da família fazendeira que começou a transferir moradia para os centros urbanos, onde, afirma Machado (1963, p. 19), “[...] se firmava a supremacia comercial das cidades sobre a antiga economia auto-suficiente das fazendas e diminuía o número de escravos.”

A falta de mão-de-obra escrava repercutiu na agricultura paranaense, voltada para o abastecimento de gêneros alimentícios, uma vez que os escravos eram comercializados para as fazendas de café, no interior paulista. Para suprir a falta de mão-de-obra, em várias regiões do Brasil, o governo imperial promoveu e intensificou a política imigratória que objetivou dinamizar a produção agrícola.

A partir de 1865, o Paraná promoveu a política imigratória, incentivando a entrada de imigrantes de diversas nacionalidades que, conforme coloca Balhana (1969, p. 128), veio compor, juntamente com a população original, “[...] verdadeiro mosaico étnico-cultural”.

Os grupos de imigrantes, procurando manter e preservar a cultura de origem, criaram suas instituições, entre elas a escola. A par dessas iniciativas, o governo provincial criou escolas, em diversas colônias estrangeiras, situadas nas proximidades dos centros urbanos, principalmente Curitiba.

Muitos problemas envolviam o ensino primário, na província, que iam desde a falta de prédios escolares, a ausência e deficiência de professores, a baixa frequência escolar, até a falta de material e de recursos financeiros para investir na educação. Tais problemas preocupavam os governantes, como se observa nos relatórios oficiais.

A educação no Brasil, de modo geral, apresentava-se sem diretrizes que estabelecessem os caminhos para se organizar o ensino no país. A falta de planos de educação originou a formulação de reformas, apresentadas na corte, pretendendo constituir-se em diretriz para os regulamentos provinciais. Esta foi a estratégia encontrada para centralizar o ensino, de acordo com as determinações do Governo Central, uma vez que o Ato Adicional de 1834 dava competência às províncias para legislar sobre diversas matérias, entre elas, a educação.

A aprovação do Ato Adicional, afirma Azevedo (1958, p. 574), introduziu importantes mudanças, na Constituição de 1824, concernentes ao ensino, transferindo “[...] às Assembleias Provinciais o encargo de regular a instrução primária e secundária, cabendo à administração nacional, o ensino superior e a organização escolar do Município Neutro.” Assim, as alternâncias de centralização e descentralização foram constantes no período imperial, tendo em vista a ideia da unificação do ensino, em nível nacional, ao mesmo tempo em que o Governo Central não se comprometia, financeiramente, com as decisões regionais. O embate político entre conservadores e liberais revelava-se nas alternâncias de decisões político-administrativas, notadamente, nas ideias liberalistas que defendiam as decisões locais para favorecer o desenvolvimento do país, conforme necessidades, interesses e recursos provinciais.

Oliveira (1986, p. 9-10) comenta sobre as inúmeras reformas e projetos, apresentados na Câmara dos Deputados, na Corte, alguns aprovados e outros não aprovados, que tiveram, porém, repercussão nos regulamentos das províncias. As reformas traziam os nomes dos Ministros que ocupavam a Pasta dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública do Império, na ocasião de sua aprovação, ou daqueles parlamentares que apresentavam projetos, como aconteceu com a Reforma Rui Barbosa, que, embora não aprovada, repercutiu nos regulamentos provinciais e, posteriormente, republicanos. Daí, porque as reformas são identificadas com os nomes dos Ministros, dentre as quais se destacam:

Couto Ferraz .....	1854
Paulino de Souza .....	1869
João Alfredo .....	1871
Leôncio de Carvalho .....	1878
Rui Barbosa .....	1882
Almeida e Oliveira .....	1882
Barão de Mamoré .....	1886

(OLIVEIRA, 1986, p. 10)

Na Província do Paraná, a organização do ensino público fundamentou-se, inicialmente, na Lei nº 34, de 16 de março de 1846, da Província de São Paulo, da qual era Comarca, sendo depois influenciada diretamente por reformas e projetos da Corte.

A Reforma Couto Ferraz repercutiu no primeiro Regulamento da Instrução Pública da Província, aprovado em 1857. As reformas seguintes alteraram alguns dispositivos, resultando na reestruturação regulamentar do ensino, em 1871, 1874, 1876 e 1890, contando ainda com legislações complementares que procuraram atender necessidades locais, de acordo com os recursos disponíveis.

Apreciações e declarações, contidas em relatórios de Presidentes e Inspetores de Ensino, apontam a preocupação com a melhoria do nível de escolarização, como necessidade social, resultando em debates, nas sessões da Assembleia Legislativa, para aprovação de leis que alteravam dispositivos regulamentares. Além dos debates, cabe salientar a influência do jogo de poder entre partidos políticos que se alternavam no comando administrativo do governo. Todavia, em última análise, havia o empenho de solucionar problemas de ordem social sem muito êxito (OLIVEIRA, 1986, p. 35-36).

Em 1854, a Reforma, proposta pelo Ministro Couto Ferraz, imprimia o sentido de uniformização do ensino nacional, como diretriz para os regulamentos provinciais. A influência francesa se faz presente na Reforma, tendo em vista a organização de o ensino pautar-se no Plano de Ensino de Guizot, para a França, que previa a divisão do ensino primário, em elementar e superior, com seus respectivos programas, como eram denominados os currículos das disciplinas, na época. Basicamente, o programa era aquele previsto na Lei de Janeiro da Cunha Barbosa, em 1827, que se fundamentara no Plano de Condorcet, político francês, que pouco se diferenciava daquele de Guizot.

Por outro lado, a Lei paulista nº 34, de 1846, fundamentava-se no Plano de Guizot, mantendo praticamente inalterada a divisão do ensino, que foi depois estabelecida no Regulamento de 1857. Em relação à inspeção escolar e à formação de professores, a legislação brasileira fundamentou-se na Lei Fallaux, promulgada na França, em 19 de janeiro de 1850. A organização administrativa para o ensino francês serviu de modelo para a estruturação da inspeção escolar, bem como para a preparação de professores para as escolas primárias, que o Ministro Couto Ferraz inseriu na Reforma, prevendo a preparação prática de professores sem ônus para os cofres da Corte e para os poucos recursos dos cofres provinciais (PILOTTO, 1954, p. 53).

Dois métodos eram indicados, na Lei Fallaux: a formação de professores pelas escolas normais e, outro, pela prática, primeiro como alunos-mestres, depois como professores adjuntos e, posteriormente, como professores para ocuparem as vagas nas escolas (MOREIRA, 1955, p. 34-35). Em 1870, nova Reforma do Ministro Paulino de Souza, foi aprovada, propondo a criação de uma Escola Normal, na Corte.

No Paraná, algumas tentativas para criação de Escola Normal foram feitas sem

grande sucesso. No Governo do Presidente Lamenha Lins, em 1876, foi afinal criada a Escola Normal, conforme o Regulamento de ensino, aprovado naquele ano. A liberdade de ensino, conferida pelo Ato Adicional de 1834, era reiterada no Paraná pelo Regulamento, estabelecendo: “É garantida em todos os graus a mais completa liberdade de ensino, guardadas as disposições deste regulamento” (PR. Regulamento [...], 1876, p. 3). Tal dispositivo contribuiu para o surgimento de escolas particulares, ajudando o Governo na expansão do ensino, na Província. Reflexo das ideias de Paulino de Souza, criou-se uma aula noturna para adultos que teve “[...] bastante concorrência de discípulos, [...]”, dizia o Presidente, em seu Relatório (PR. LINS, 1876, p. 52).

Ainda, no Governo Lamenha Lins foi contornado o problema das famílias imigrantes de religião protestante, instaladas em colônias, cujos filhos foram dispensados da frequência ao estudo e aos atos religiosos católicos, em razão da Emenda Constitucional, da autoria do Deputado Cunha Leitão, em 1875, que dispensava crianças protestantes do estudo da religião do Estado e da participação de qualquer ato religioso praticado nas escolas públicas (HAIDAR, 1972, p. 186).

Essas e outras medidas, aos poucos, foram sendo incorporadas às Reformas e aos Regulamentos, principalmente, as ideias liberais que se chocavam com as do partido conservador. A defesa, francamente liberal, encontrava sentido no intenso contato estabelecido entre o Brasil e a Europa, “[...] fornecedora não só dos maquinários e instrumentos que se importavam [...]”, como também das “[...] novas ideias que passaram a circular no acanhado meio intelectual dos meados do século XIX [...]”, assimiladas de autores europeus e americanos, reforçando as “[...] crenças no liberalismo e cientificismo” (RIBEIRO, 1979, p. 64).

As transformações ocorridas na metade do século XIX, na Europa, introduziram modificações na estrutura econômica e social do país, afetando o mercado interno, estimulando o processo de urbanização das cidades e agitando o mundo intelectual brasileiro a perceber o ambiente sociocultural, de acordo com as teorias de educadores, como Pestalozzi, Herbart, Froebel, Weber, Fechner, Wundt e outros que iriam favorecer o surgimento de novas diretrizes no campo da educação, visando a atender à massa popular (EBY, 1970, p. 462). Essas ideias, tendo como base a educação para o progresso econômico e social, reforçaram os princípios liberais e possibilitaram o surgimento de ideais inovadores no ensino.

Dessa maneira, a Reforma de Leôncio de Carvalho, em 1878, caracterizada por ideias inovadoras, dizia respeito à liberdade de ensino e crença religiosa, à incompatibilidade do professorado com cargos públicos e à obrigatoriedade do ensino. Também previa a criação de jardins de infância, escolas mistas, escolas normais e adicionava ao currículo atividades práticas. As consequências da Reforma não foram imediatas. Algumas inovações foram introduzidas em 1882, com a regulamentação da educação física nas escolas e a criação de um número mais elevado de aulas noturnas para adultos, visando alfabetizá-los, uma vez que o dispositivo eleitoral permitia o voto ao indivíduo que soubesse escrever (PR. DANTAS FILHO, 1880, p. 36).

As ideias liberais ganhavam espaço e surgiam na voz de seus adeptos, conforme o parecer de Rui Barbosa, em 1882, sobre os princípios pedagógicos da educação, no Brasil, revestidos de pragmatismo, que foram inspirados nos meios sociais, como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, comenta Azevedo (1958, p. 608).

Novas tentativas de reformas foram propostas, muitas delas assentadas no parecer de Rui Barbosa, algumas, porém, voltadas para o ensino secundário e superior, como foi a Reforma Barão de Mamoré, em 1886. Ao nomear uma comissão para reorganizar o ensino primário e secundário, na Corte, o estudo, transformado em lei, origi-

nou a Reforma, na qual se contemplava o ensino secundário e superior, ficando o primário, nos moldes da Reforma de Couto Ferraz (MOACYR, 1937, p. 443).

A divulgação das iniciativas, ocorridas em países da Europa e dos Estados Unidos, deixava evidente aos governantes a incipiência das escolas brasileiras, principalmente as primárias, necessitando da atenção do governo central. No Paraná, tal preocupação foi também constante entre as autoridades, haja vista as legislações tentando adaptar antigas situações às novas propostas, conforme a realidade paranaense.

Tal como as reformas, os regulamentos, no Paraná, foram aprovados, cada qual introduzindo inovações. A Reforma mais expressiva do Império, porém, em termos de organização do ensino, foi a Reforma de 1854 e, tal como ela, o Regulamento de 1857, na Província, tendo em vista as determinações sobre a organização do ensino primário.

O quadro geral da instrução pública na Província do Paraná, na época da emancipação política, era precário, em número de escolas, professores e alunos.

A promoção do ensino a cargo das províncias, outorgada pelo Ato Adicional de 1834, deixou o ensino público sujeito aos limitados recursos financeiros provinciais. Por outro lado, a liberdade de ensino, também outorgada pelo Ato, favoreceu o surgimento de escolas particulares, em províncias de elevada população e renda econômica.

No Paraná, o Presidente Zacarias de Goes e Vasconcellos, em 1854, assinalava a necessidade de expandir a rede escolar pública primária, favorecendo o ensino gratuito previsto na Constituição, para elevar o quadro econômico e social da Província (PR. VASCONCELLOS, 1854, pp. 12, 24).

A rede escolar pública, em 1854, contava com 23 escolas para meninos e 8 para meninas, distribuídas em 18 localidades, totalizando 31 escolas, das quais 3 estavam vagas. Por sua vez, o ensino particular restringia-se a 3 escolas, duas em Paranaguá, para cada sexo, e outra mista, na vila portuária, de Porto de Cima. Ainda havia notícias da existência de aulas de música e de língua francesa na Vila de Guarapuava, no interior da Província (PR. VASCONCELLOS, 1854, 25-26).

Em funcionamento, havia 31 escolas de ensino primário, numa proporção de 2.008 habitantes para cada estabelecimento, considerando a população livre de 62.258 habitantes, como consta no Mapa Estatístico da população do Paraná, em 1854, anexado ao relatório de Vasconcellos (1854).

As ideias liberais, defendidas por parlamentares e autoridades, em meados do século XIX, incentivaram o Governo Provincial a liberar a criação de escolas particulares, para atrair a clientela dos segmentos mais abastados da Província. Apesar das críticas do grupo conservador, as ideias liberais prevaleceram no período imperial.

Também era necessário rever as condições de funcionamento do Liceu de Curitiba, criado em 1846, pela Lei paulista nº 34. Tanto assim que o Governo, em 1856, convertia o Liceu em internato, no qual funcionaria o ensino secundário e uma cadeira de ensino primário, elementar e superior (PR. Leis e [...], 1856, p. 46). Dessa forma, crianças residentes no interior poderiam estudar no colégio e se preparar para o ingresso nas academias do Império. Era necessário, entretanto, investir nas dependências do edifício, para acomodar pensionistas, como alegava o Presidente José Antônio Carvalhaes (1857, p. 133).

Na capital, em 1857, funcionavam dois estabelecimentos particulares, um dirigido por Germano Laistein, para meninos, e outro, para meninas, dirigido por Gabriela Taulois, no qual se ensinavam as disciplinas do ensino primário, línguas estrangeiras e prendas domésticas (PR. CARVALHAES, 1857, p. 67). Em 1858 e 1859 foram criadas escolas de primeiras letras, uma em Curitiba, por Cândido José Pereira, um colégio para meninas, em Paranaguá, dirigido por Mme. Cadiac, e outro em Castro, instalado pelo

professor Dr. Antônio Maria de Chaves e Mello (PR. MOTA, 1859, p. 36). Ainda em 1858, elevava-se para 43 o número de escolas públicas primárias de 1ª ordem, concentrando-se o maior número em Curitiba, Castro, Paranaguá e Ponta Grossa. Dessas escolas, 26 destinavam-se aos meninos e 17 às meninas, além de uma escola de 2ª ordem para meninas, em Castro (PR. MOTA, Mapa das [...], 1859).

A divisão do ensino primário, em elementar e superior, obedecia à classificação de 1ª e 2ª ordem das escolas, sendo as de 1ª ordem com três níveis de adiantamento dos alunos, 1ª, 2ª e 3ª classes, enquanto as de 2ª ordem, consistiam no funcionamento da 4ª classe, destinada à formação prática de alunos que quisessem ser professores, conforme proposta de Couto Ferraz, com base na lei de Fallaux.

De 1854 a 1858, a rede escolar pública e privada havia elevado o número de escolas em funcionamento na capital, e em mais 20 localidades, no interior da Província. No total, havia, em 1858, 44 escolas públicas, frequentadas por 902 meninos e 423 meninas. Em relação às particulares, havia 12 escolas, frequentadas por 183 meninos e 44 meninas, que totalizavam 56 estabelecimentos, frequentados por 1552 alunos, de ambos os sexos (N.4 - Mapa das [...], in: MOTA, 1959).

Ao mesmo tempo em que se alegava a necessidade da ampliação da rede de escolas públicas e a liberdade de ensino para a criação de escolas particulares, o Governo empreendia uma política contraditória, de criação e extinção de escolas, justificando a falta de professores ou o baixo índice de frequência em escolas.

Para solucionar tais contratemplos, em 1859, o Governo baixou instruções (PR. Leis, [...], 1860, p. 47-48) para a execução da obrigatoriedade de frequência às escolas, com repercussões positivas nos registros da Inspeção. Tanto assim que em 1861, havia em funcionamento 46 escolas públicas e 45 particulares, num total de 91 escolas, dado animador para o Governo (PR. SÁ RIBAS, Relatório do Inspetor [...], in: NOGUEIRA, 1862, p. 26-27).

Em 1864, o Inspetor Geral informava o funcionamento de 143 estabelecimentos, sendo 56 escolas públicas e 89 particulares. Todavia, o aumento do número de escolas não correspondia ao aumento do contingente escolar, levando o Presidente Fleury a estabelecer o critério de frequência mínima de 24 alunos para a instalação de escolas e extinguir aquelas com número inferior (PR. FLEURY, 1866, p. 24-27).

A rede escolar, em 1866, registrou 64 estabelecimentos em funcionamento, dos quais 47 pertenciam à rede oficial e 17 à rede particular, deixando de mencionar 72 aulas particulares, consideradas irregulares, devido ao reduzido número de alunos. A redução do total de escolas gerou preocupações nas autoridades que constataram a falta de professores habilitados e o pouco apreço familiar pela educação dos filhos (PR. SANTOS, Relatório do Inspetor [...], in: BURLAMAQUE, 1867, p. 11-12).

Nesse ano, a comunidade alemã evangélica instalava em Curitiba uma escola comunitária, não admitindo crianças de outro credo religioso nem a interferência do governo. Nesses moldes, outra escola da comunidade evangélica passou a funcionar, administrada pelo Sr. Raschendorfer (OS ALEMÃES [...], 1829-1929, p. 74). Essas escolas, portanto, não integravam a estatística escolar da Província.

Em relação à preparação de professores de forma prática, como propunha a Lei Fallaux e previa a Reforma Couto Ferraz, as escolas de 2ª ordem ou de ensino superior acabaram não cumprindo sua finalidade, considerando, inclusive, o funcionamento de duas escolas, uma em Castro, e outra em Paranaguá. Também concorria a falta de professor habilitado para preparar, na prática, futuros professores. Esse nível de escola transformou-se numa ampliação de estudos, uma vez que a Província não contava com cursos secundários ou curso Mercantil, criado anos mais tarde, em Paranaguá. As esco-

las de 2ª ordem foram extintas e os investimentos do governo concentraram-se nas escolas elementares, nas quais se ensinava noções de leitura, escrita, cálculo e religião.

Os registros, nos relatórios, apontavam um tímido crescimento na rede escolar, pública e privada, altamente precária na oferta de curso secundário. Basta ver que o Liceu, em 1868, era extinto e substituído por um colégio subvencionado pelo governo, dirigido pelo Professor Jacob Müller. Com padrão de ensino pouco elevado, o colégio não atraía uma grande demanda de alunos que se matriculavam em colégios de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Mas, apesar do pouco atrativo, o colégio absorvia a clientela mais abastada da Província, ofertando ensino secundário e elementar, este último, com elevada frequência (PR. BARROS, 1871, p. 30-31).

As propostas de subvenção do governo para abertura de escolas particulares não produziram grandes efeitos, embora a liberação da fiscalização pela Inspetoria tivesse repercutido positivamente, ante o número de 16 escolas particulares, criadas até 1874. Uma das medidas favoráveis à criação de escolas privadas e ao aumento da frequência em escolas públicas foi a permissão para a criação de escolas mistas, denominadas promíscuas, pelo governo, tendo em vista o bom andamento do ensino nas particulares.

O Presidente Abranches (1874, p. 25), animado com os resultados de frequência e ensino nas escolas privadas, criou 4 escolas promíscuas, nas localidades de Guarapuava, Colônia Argelina, Colônia do Pilarzinho e em Paranaguá. Embora mistas, os horários de aula eram alternados, primeiro os meninos e, depois as meninas, não havendo convivência dos sexos, totalmente contrária aos padrões morais da época. Com isso, o governo economizava com a contratação de professores, pois, com a escola mista, o professor dobrava a jornada de trabalho, sem receber nenhum adicional.

A medida, entretanto, surtiu efeitos positivos, nos governos seguintes. Em 1876, no Governo Laménha Lins (1877, p. 34-35) foram criadas escolas particulares mistas, atendendo à crescente demanda resultante da política imigratória, empreendida pelo Governo, que instalou diversas colônias, em municípios, principalmente, no de Curitiba. Tanto assim que, no ano seguinte, o número de estabelecimentos elevou-se para 115, sendo 91 mantidos pelo governo e 24 por particulares. Da rede oficial, 26 escolas estavam sem professores, 38 eram para o sexo masculino, incluindo as escolas do quartel e de aprendizes marinheiros, e para o sexo feminino havia 26 escolas e mais uma escola mista. Da rede particular, 18 escolas eram masculinas, inclusive o colégio Jacob Müller, e 6 eram mistas. Cabe lembrar o funcionamento da escola da Comuna Alemã Evangélica, dirigida pelo Pastor Augusto Boeker, com número expressivo de alunos.

No tocante à formação de professores, os debates continuavam apontando a necessidade da criação de uma Escola Normal. No Governo Laménha Lins, criou-se a Escola Normal, efetivada na Lei nº 456, de 12 de abril de 1876, e regulamentada, no Regulamento Orgânico da Instrução Pública, do mesmo ano (REGULAMENTO da [...], in: PR. Leis, [...], 1876, p. 4). O funcionamento da Escola, porém, deu-se anexo ao Instituto Paranaense, no qual se realizava o curso de preparatórios. Anexa à Escola criou-se uma escola primária, prevista no Regulamento, onde os alunos aliavam os estudos teóricos às atividades práticas de ensino.

Em 1880, houve a criação pelo Chefe de Polícia, Dr. Menezes (1880, p. 52), de uma escola, na cadeia de Curitiba, para alfabetizar adultos, como ocorria nas escolas noturnas. Apesar dos poucos alunos, foi empreendimento público relevante na época.

A intensidade da imigração estrangeira levou à proposta da criação de uma escola agrícola que, todavia, não foi implantada, sendo criada somente no período republicano. Apesar dos contratemplos e dos problemas na educação, a rede escolar con-

tinuou se expandindo, sendo criadas escolas nem sempre providas de professores.

Em 1882, a Inspetoria de ensino, registrava a existência de 173 estabelecimentos públicos, dos quais 42 encontravam-se vagos. As escolas públicas eram classificadas, em 1ª, 2ª e 3ª entrâncias, desde o Regulamento de 1876, numa proporção numérica seguinte:

#### Classificação das escolas da Província do Paraná, em 1882, providas e vagas

Escolas	Providas	Vagas	Total
3ª entrância	31	1	32
2ª entrância	31	10	41
1ª entrância	27	31	58
Total	89	42	131

Fonte: MARCONDES, 1882, p. 13. Anexo – Mapa demonstrativo das escolas da Província do Paraná.

Ainda funcionavam, na Província, duas escolas regimentais e 16 escolas subvencionadas, mantidas pelo Governo, que não faziam parte da classificação e que eram mistas ou destinadas aos meninos. Na rede particular, havia 25 escolas em funcionamento, das quais 14 eram para os meninos, 6 para as meninas e 5 promíscuas. Havia também 16 escolas noturnas, uma em Castro mantida pelo Governo, e 15 sob a responsabilidade dos municípios ou de particulares.

No total, a rede escolar era integrada por 232 escolas, instaladas em 101 localidades, havendo uma considerável diferença em relação ao número existente de escolas, em 1876. Para essa diferença concorreram as escolas subvencionadas, na maioria localizadas em colônias de imigrantes, e as escolas noturnas para adultos.

Naquele ano, o Presidente Carlos de Carvalho (1882, p. 93) tecia elogios a respeito do andamento do ensino, nas escolas noturnas de Paranaguá, uma mantida pelo Clube dos Artistas e outra por escravos, dirigida pelo tipógrafo João Teodoro da Silva. A escola de Rio Negro fora fundada pelo alemão Henning para ensinar língua portuguesa aos colonos alemães.

O entusiasmo pela criação dessas escolas, entretanto, foi passageiro, pois grande parte funcionou por interesses políticos, não restando mais do que 4 escolas, mantidas pelos municípios de Curitiba, Ponta Grossa, Morretes e Lapa, em 1886. Nesse ano, a Inspetoria registrava a existência de 252 estabelecimentos, dos quais 208 estavam em funcionamento, sendo 123 públicos, 58 subvencionados pelo Governo, 20 particulares, 3 regimentais, dois militares e um de aprendizes marinheiros, e mais 4 escolas noturnas municipais. Também cabe salientar o número de estabelecimentos mistos que de 56, em 1882, passaram a 110, em 1886 (FARIA SOBRINHO, 1887, p. 85).

Os esforços dos diversos governos para elevar as condições de ensino esbarraaram na deficiente verba provincial, embora não houvesse impedido o aumento da rede escolar. A falta de recursos do governo era reflexo das condições econômicas da Província, motivada pela desativação gradativa da criação de gado, da decadência no comércio das tropas e das situações de crise da produção e da exportação da erva-mate que não garantiram melhores condições de vida para a população, resultando numa certa indiferença para com os valores da educação.

A classificação das escolas, em entrâncias, foi uma tentativa de estimular o professorado a ingressar na Escola Normal e elevar seus conhecimentos, haja vista cada entrância corresponder a diferentes valores salariais, conforme a localização das escolas. As escolas de 1ª entrância eram as de bairros e povoados, as de 2ª entrância eram as de vilas e freguesias e as de 3ª entrância eram as localizadas nas cidades. As mudanças que ocorreram, nessa classificação, foram estratégias para minimizar gastos pelo governo.

Praticamente às vésperas da República, houve uma sucessão de medidas, alterando a classificação e, conseqüentemente, os vencimentos de professores, gerando diversos protestos. Por outro lado, cabe lembrar que as escolas subvencionadas pela Província garantiam os alugueres de casa para o funcionamento das aulas, e não propriamente os vencimentos de professores que eram condicionados à localização das escolas. Outro aspecto era relativo à ideia da municipalização do ensino, quando o Governo Provincial procurou transferir as responsabilidades com a educação para os municípios, o que, entretanto, não se efetivou, tendo em vista a falta de condições financeiras da maioria, pois somente municípios como os de Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Castro e Morretes teriam alguma condição financeira para arcar com as despesas com a educação.

Uma das questões importantes que repercutiram na organização da educação, no Paraná, foi a entrada de estrangeiros, provocando a criação de várias escolas, em Curitiba e nos seus arredores, na década de 1870. O processo imigratório foi decisivo para estabelecer a supremacia de Curitiba sobre Paranaguá, primeiro, por ser capital e, segundo, por se tornar centro urbano mais populoso da Província. Afinal, Paranaguá, guardava sua importância em função da atividade econômica portuária, que estimulava o comércio e atraía profissionais para estabelecerem os negócios na cidade.

Por sua vez, Curitiba inicialmente não apresentava o mesmo desenvolvimento de Paranaguá, embora contasse com atividades ligadas à extração e à industrialização da erva-mate, que lhe garantiam, porém, uma economia muito mais voltada para o meio rural que urbano.

Por isso, quando ocorreu o aumento da população no município de Curitiba, houve conseqüentemente o aumento da rede escolar primária, pública e particular, além da preocupação do Governo em ampliar as oportunidades de estudo para um número maior de crianças. A década de 70, diz Oliveira (1986, p. 214-216), foi significativa para Curitiba, não somente pela ampliação da rede de escolas primárias, mas por contar com o funcionamento do ensino secundário, representado pelos colégios subvencionados pelo Governo, pelo funcionamento do Liceu que passou a Instituto Paranaense e pela criação da Escola Normal.

Em relação às escolas para imigrantes há que se considerar que, de maneira geral, os grupos de colonos, instalados em colônias pelo Governo, organizavam-se em associações com finalidades sociais, religiosas e recreativas, bem como aquelas relativas à educação das crianças. O objetivo era preservar e manter a cultura de origem, principalmente a língua, para que os valores culturais e a identidade do grupo não se perdessem em contato com os nacionais.

Oliveira (1986, p. 228, 232) comenta a respeito dos três grupos mais expressivos de imigrantes (alemães, poloneses e italianos), que se estabeleceram no município de Curitiba e em outros municípios da Província, construindo moradias, igreja e escola, fossem protestantes ou católicos. Uma das características dos grupos de imigrantes foi a criação de escolas, mantidas pelas comunidades. Em Curitiba, teve-se a Escola da Comuna Alemã da Igreja Evangélica que, embora não pretendesse receber alunos cató-

licos, acabou por admitir alunos desse credo religioso e de outras nacionalidades.

A presença polonesa, no Paraná, teve papel relevante no ensino, uma vez que muitos poloneses foram contratados pelo Governo para ministrar aulas nas escolas públicas e nas comunidades, como ocorreu na Colônia Orleans, considerada por Lamenha Lins um dos núcleos modernos, criado próximo a Curitiba.

Wachowicz (1970, p. 20-23) comenta que o Núcleo Orleans, constituído em sua maioria de imigrantes poloneses, teve a escola provida, em 9 de outubro de 1876, pelo professor Jerônimo Dursky, que apresentava habilitações para o cargo. Esta foi a primeira escola oficial para crianças polonesas no Brasil, e o professor dedicou-se ao ensino da língua portuguesa e polonesa, escrevendo, em 1891, o *Manual para as Escolas Polonesas no Brasil*, de características bilíngue e didática, para facilitar o aprendizado dos alunos e auxiliar os professores nas aulas. Os métodos, silábico e fonético, foram a base do Manual que continha noções elementares de língua portuguesa, acessível aos adultos e às crianças.

Como ocorreu com este professor, diz Wachowicz (1970, p. 22-24), houve os professores Franz Motzko, Lourenço Gradowski, Walenty Stawiski, que se dedicaram ao ensino do português e do polonês. Outro aspecto relevante foi a instituição da Escola-Sociedade, mantida pelas comunidades polonesas, tendo em vista a falta de auxílio do Governo. O professor era escolhido na comunidade, devendo apresentar alguns requisitos, como desembaraço, capacidade, saber ler e escrever. Assim, diz o autor, alguns colonos, rudes homens do campo, tornaram-se pedagogos improvisados.

Também, destacaram-se os colonos italianos que criaram a colônia de Santa Felicidade, que deu, posteriormente, o nome ao atual Bairro de Santa Felicidade, em Curitiba. A colônia, constituída por italianos provenientes do Vêneto, apresentava-se socialmente homogênea. Composta de pequenos agricultores, guardavam as tradições, hábitos e costumes. Balhana (1958, p. 139) comenta que a educação informal se fazia na família, pois somente em 1889 o Professor Francisco Zardo foi contratado para lecionar na escola pública para meninos. No ano seguinte, a Professora Maria Leocádia Siqueira foi contratada para lecionar na escola promíscua, criada na colônia.

O funcionamento irregular das escolas públicas levou os colonos a solicitar às Irmãs do Sagrado Coração de Jesus para instalarem, na colônia, um colégio de primeiras letras, que ainda se mantém em funcionamento, na atualidade.

Outros professores estrangeiros, relata Taunay (1886, p. 18), foram admitidos pelo Governo, com subvenções de 20\$000 (vinte contos de réis) ou 30\$000 (trinta contos de réis). Era o provimento de escolas sem grandes compromissos pelo Governo. Economicamente, a vinda dos imigrantes para o Paraná, localizando-se próximo aos centros urbanos, provocou maior movimentação na vida econômica dos municípios e influiu no aumento da população da Província.

A influência do imigrante no setor do ensino diria respeito ao aumento do contingente populacional escolar, determinando a ampliação da rede de escolas e do quadro do magistério, tendo em vista a contratação de diversos professores estrangeiros para lecionar em escolas públicas da Província.

Em relação à questão do estudo das línguas francesa, inglesa e alemã deu-se muito mais pela influência do currículo humanístico que propriamente por causa da imigração. Nesse sentido, basta chamar a atenção para as obras literárias mais expressivas, na época, serem importadas e escritas na língua de origem. Por isso, tornava-se comum entre pessoas de recursos o conhecimento de línguas, o que lhes permitia ensinar particularmente, ou mesmo serem contratadas pelo Governo.

O apreço pelos sistemas de ensino prussiano, francês e inglês reforçava a admi-

ração por esses países, em que o desenvolvimento estava marcado pela organização de suas escolas, razão pela qual se enfatizava o ensino de línguas estrangeiras, em determinadas escolas ou aulas particulares. As novas ideias pedagógicas, surgidas na Europa, começaram a refletir nos currículos escolares ao introduzir novas disciplinas e novos métodos de ensino, provocando algumas mudanças, no ensino tradicional.

O estudo possibilitou constatar a influência das determinações do sistema central na organização do ensino na Província do Paraná, na qual também concorreram fatores geoeconômicos, políticos, sociais e religiosos. Os ideais democráticos e liberais que nortearam a política do Brasil independente retrataram-se na afirmação dos direitos civis e políticos, conferidos ao cidadão brasileiro, sendo defendidos pelos liberais em todo período imperial.

A elaboração do primeiro regulamento pautou-se pela Reforma Couto Ferraz, que imprimiu sentido de unificação à educação, no Brasil. A formação prática de professores pelo sistema francês, incorporada na Reforma e no Regulamento da Província, não garantiu posteriormente a composição do quadro do magistério por pessoal habilitado. As Reformas seguintes influenciaram os regulamentos provinciais, resultando em alterações nos dispositivos regulamentares.

A criação de escolas, o provimento por professores e a frequência escolar foram fatores altamente comprometedores para o desenvolvimento do ensino na Província, haja vista as constantes preocupações das autoridades com o andamento do ensino, com a falta de professores formados e a baixa frequência escolar. Apesar das preocupações, a expansão escolar deveu-se à iniciativa oficial, embora as escolas privadas tenham participado positivamente no desenvolvimento do sistema escolar.

As diversas medidas tomadas pelo governo provincial, no decorrer da conjuntura, além de receberem influências externas originárias da Corte e de províncias mais desenvolvidas, ficaram sujeitas às influências internas, em razão da alternância dos partidos políticos no poder. O empenho colocado pelos governantes, tentando contornar e solucionar problemas, na área da educação, foi uma constante, no período provincial, apesar das divergências políticas e das dificuldades econômicas que, de outra forma, impediram maiores investimentos em recursos materiais, físicos e humanos.

### *Referências bibliográficas*

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BALHANA, Altiva Pilatti. "População do Paraná tradicional", in: EL-KHATIB, Faissal. (org.). *História do Paraná*. 2 ed. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 127-128.

\_\_\_\_\_. *Santa Felicidade, um processo de assimilação*. Curitiba: João Haupt, 1958.

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, 1972.

MACHADO, Brasil Pinheiro. "Sociedade campeira: gênero de vida", in: EL KATIB, Faissal. (org.). *História do Paraná*. 2 ed. Curitiba: Grafipar, 1969, t. 2.

\_\_\_\_\_. "Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais", in: Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Departamento de História. Curitiba, v. 3, p. 5-40, jun., 1963.

MOACYR, Primitivo. "A instrução primária e secundária no Município da Corte e na Regência e na Maioridade", *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 525, out., 1938.

\_\_\_\_\_. *A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil, 1854-1888*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. 614 p.

MOREIRA, J. Roberto. "Introdução ao estudo do currículo da escola elementar. Campanha de Inquéritos e Levantamento do ensino médio e elementar", *Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 7, CILEME, 1955.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. *O ensino primário na Província do Paraná. 1853-1889*. Curitiba: SEEPR/BPPR, 1986.

OS ALEMÃES nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Em comemoração ao 1º Centenário de sua entrada nesses Estados do Sul do Brasil, 1829-1929. Curitiba: Oliveira, 1929. 196 p.

PILOTTO, Erasmo. "A educação no Paraná, síntese sobre o ensino elementar e médio", *Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, n. 3, 127 p., 1954.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. *História da educação brasileira: organização escolar*. 2 ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. "As escolas da colonização polonesa no Brasil", *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba, v. 2, 110 p., 1970.

#### PARANÁ. Relatórios

ABRANCHES, Frederico J. C. de Araújo. *Relatório do Presidente [...] no dia 15 de fevereiro de 1874*. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 1874. 56 p.

BARROS, Bento Fernandes de. *Relatório [...] ao Sr. Presidente da Província [...] pelo Inspetor Geral da Instrução Pública [...]*. Curitiba: Typ. de Cândido Martins, 1871. 1 v.

CARVALHAES, José Antônio Vaz de. *Relatório [...] à Assembleia Legislativa [...], no dia 7 de janeiro de 1857, pelo Vice-Presidente [...]*. Curitiba: Typ. Paranaense, 1857. 143 p.

DANTAS FILHO, Manuel Pinto de Souza. *Relatório [...] à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 16 de fevereiro de 1880 pelo Presidente [...]*. Curitiba: Typ. Perseverança, 1880. 82 p.

FARIA SOBRINHO, Joaquim d'Almeida. *Relatório que [...] apresentou ao passar a administração da Província do Paraná em 29 de dezembro de 1887*. Curitiba: Typ. da Gazeta Paranaense, 1888, 1 v.

FLEURY, André Augusto de Pádua. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa [...] em 15 de fevereiro de 1866 pelo Presidente [...]*. Curitiba: Typ. de Cândido Martins, 1866. 1 v.

LINS, Adolpho Lamenha. *Relatório [...] à Assembleia Legislativa [...] no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente [...]*. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 1876. 148 p.

\_\_\_\_\_. *Relatório com que o Presidente [...] passou a administração ao 2º Vice-Presidente [...] no dia 16 de julho de 1877*. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 1877. 142 p.

MARCONDES, Moysés. *Relatório que [...] apresentou o [...] Diretor Geral da Instrução Pública [...]*. Curitiba: Typ. Dezenove de Dezembro, 1882. 1 v.

MENEZES, Luiz B. Correa de. *Relatório [...] ao Presidente da Província [...] em 31 de janeiro de 1880 pelo Chefe de Polícia [...]*. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 1880. 64 p.

MOTA, Joaquim Ignacio Silveira da. *Relatório apresentado ao Presidente da Província do Paraná [...], pelo Dr. [...], Inspetor Geral da Instrução Pública da mesma Província*. Curitiba: Typ. Paranaense, 1859. 40 p.

N. 4. MAPA das Escolas Primárias de 1858 e alunos que as frequentam, in: \_\_\_\_\_. *Relatório [...] ao Presidente da Província do Paraná [...], pelo [...] Inspetor Geral da Instrução Pública [...]*. Curitiba: Typ. Paranaense, 1859. 40 p. Anexo do Relatório.

N. 14. MAPA Estatístico da população do Paraná. 1854, in: VASCONCELLOS, Zacarias de Goes e. *Relatório do Presidente [...] á Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854. 110 p. Anexo do Relatório.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Presidente [...] à Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854. 110 p.

SÁ RIBAS, José Lourenço de. "Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública", in: NOGUEIRA, Antônio Barbosa Gomes. *Relatório à Assembleia Legislativa [...] no dia 15 de fevereiro de 1862*. Curitiba: Typ. do Correio Oficial, 1862. 1 v.

SANTOS, Ernesto Francisco Lima. "Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública", in: BURLAMAQUE, Polidoro Cesar. *Relatório [...] à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo Presidente [...]*. Curitiba: Typ. de Cândido Martins, 1867. 9 p.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. *Exposição com que [...] passou a administração da Província [...] a 3 de maio de 1886*. Curitiba: s. ed., 1886. 126 p.

PARANÁ. Legislações.

\_\_\_\_\_. *Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos da Província do Paraná*. Curitiba: Typ. Paranaense, 1856. t. 3, 70 p.

REGULAMENTO Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná, in: \_\_\_\_\_. *Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná*. Curitiba: Typ. Paranaense, 1876. t. 23, 37 p.

\_\_\_\_\_. *Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná*. Curitiba: Typ. Paranaense, 1860. t. 7, 53 p.